

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.107 - PR (2019/0206931-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : DORIVAL ANTONIO PELISSON - MICROEMPRESA
ADVOGADOS : MOYSES GRINBERG - PR029228
NADIÉGE KARINA MARCHETTI DELL' ANTONIO -
PR025282
AGRAVADO : VOLKSWAGEN LEASING S/A ARRENDAMENTO
MERCANTIL
ADVOGADOS : KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS - SP131758
RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
EDUARDO CHALFIN - RJ053588
VITOR DE ALMEIDA PIEDADE DE OLIVEIRA - RJ154805
NATHÁLIA PORTO FRÓES KASTRUP - RJ155144
INTERES. : BANCO VOLKSWAGEN S.A.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 865):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. COMPENSAÇÃO ENTRE O MONTANTE A TÍTULO DE RESTITUIÇÃO DO VRG E O SALDO DEVEDOR DO CONTRATO DE LEASING. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. COISA JULGADA. PRESCRIÇÃO PREGRESSA NÃO ADUZIDA NA FASE DE CONHECIMENTO. CRÉDITO DO REQUERIDO RECONHECIDO NO TÍTULO JUDICIAL, ORA EXECUTADO. QUESTÃO NÃO RECORRIDA PELO AUTOR. CONDENAÇÃO DO REQUERENTE AO PAGAMENTO DE SALDO REMANESCENTE DA COMPENSAÇÃO. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE PEDIDO CONTRAPOSTO NA FASE DE CONHECIMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE COBRANÇA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

- A apreciação do pedido de afastamento da possibilidade de compensação do saldo devedor contratual com o montante a título de restituição do VRG, em razão da ocorrência de prescrição anterior, acarretaria em ofensa à coisa julgada, porquanto restou reconhecida no título judicial ora executado.

- Impõe-se o afastamento da condenação do requerente ao pagamento do saldo remanescente da compensação das dívidas, visto que não houve pedido contraposto na fase de conhecimento, além da

Superior Tribunal de Justiça

pretensão de cobrança da instituição financeira estar acobertada pela prescrição.

Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 468 e 473 do Código de Processo Civil de 1973; e 193 do Código Civil; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta que o montante devido a título de restituição do VRG não pode ser compensado com o valor do saldo devedor do contrato, pois este foi atingido pela prescrição, questão de ordem pública que pode ser suscitada em qualquer grau de jurisdição.

Defende, ainda, que "matéria relativa à existência ou não de saldo devedor não foi discutida no processo de conhecimento, até porque, o próprio Juízo do processo de conhecimento estabeleceu que tal discussão se daria no processo de liquidação, de forma que esta matéria não foi atingida pela preclusão e coisa julgada" (e-STJ, fl. 914).

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito, o Tribunal de origem decidiu a causa mediante os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 867-868):

O recurso comporta parcial provimento.

Inicialmente, impõe-se esclarecer que o presente caso apresenta duas situações distintas, a possibilidade de compensação, e, de outro lado, de cobrança do saldo contratual devedor.

Veja que a possibilidade de compensação restou reconhecida na sentença, transitada em julgada, a qual ensejou o título ora executado, assim, a questão se revela preclusa.

Ressalta-se que o art. 193, do CC/02, a saber: “A prescrição pode ser alegada em permite a alegação de prescrição em qualquer qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita”, grau de

Superior Tribunal de Justiça

jurisdição, mas não a qualquer tempo como pretende o agravante.

Em outras palavras, a inconformidade do agravante deveria ter sido objeto de recurso de apelação em face da sentença que possibilitou a compensação, posto que a prescrição é anterior a atual fase processual, porém, como não o fez, referida matéria restou acobertada pela preclusão.

Ou seja, além de preclusa, é coisa julgada, sendo impossível o conhecimento da tese prescricional contrária ao sentenciado, em sede de cumprimento de sentença.

Acertadamente, pontou o juiz de origem: “Quanto ao pleito de reconhecimento da prescrição do pedido de compensação do requerido, forçoso reconhecer que é matéria preclusa, pois deveria ter sido tratada na impugnação à contestação, isso claro, em processo de conhecimento, deste modo, pelo fato da MMº. Juiz ter autorizado a compensação dos débitos, e a oportunidade para a rediscussão da matéria era na apelação, oportunidade da qual não se valeu e, no mesmo sentido, se houve o reconhecimento da possibilidade de compensação tacitamente foi tratado acerca da prescrição”.

[...]

Nessas condições, infere-se que o saldo contratual em aberto deve ser compensado com crédito do requerente, oriundo da restituição do VRG, até o limite deste, restando o saldo de R\$ 46.603,02, valor contratual em aberto (R\$ 137.476,11) menos o saldo apurado a título do VRG (R\$ 90.873,09), por sua vez, acobertado pela prescrição.

Destarte, ao recurso para afastar a condenação do dou parcial provimento agravante ao pagamento de R\$ 46.603,02, restando apenas o agravado condenado ao pagamento dos honorários advocatícios da fase de conhecimento, no montante de R\$ 13.630,96.

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que o entendimento firmado pelo Tribunal de origem está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que: "sujeitam-se à preclusão consumativa as questões decididas no processo, inclusive as de ordem pública, que não tenham sido objeto de impugnação recursal no momento próprio" (REsp 1.745.408/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 12/4/2019.)

No mesmo sentido, confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO SECURITÁRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO. PRECEDENTES. [...].

[...]

3. O Superior Tribunal de Justiça possui firme o entendimento de que, "ainda que a questão seja de ordem pública, há preclusão consumativa se a matéria tiver sido objeto de decisão anterior definitivamente julgada" (AgRg no AREsp 630.587/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/6/2016, DJe de 1º/7/2016).

[...]

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.309.711/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/2/2019, DJe 13/3/2019.)

Assim, visto que a orientação adotada no acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, a admissibilidade do recurso especial encontra óbice no enunciado da Súmula 83 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Havendo sucumbência recíproca na origem, deixo de proceder à majoração dos honorários advocatícios.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora